

Face ao exposto, e atentas as competências deste organismo que se concretizam no acompanhamento e controlo do cumprimento das normas relativas às condições de trabalho, sempre que for detectada o exercício da profissão de técnico de farmácia fora dos condicionalismos legais, estes serviços adoptarão os procedimentos tidos por convenientes.

Por último, agradece-se o envio da cópia da recomendação do Senhor Provedor de Justiça, sobre o regime do registo de prática, que aliás vem corroborar o entendimento da Inspeção-Geral do Trabalho, ou seja que:

*"... deixe de ser aceite o registo de prática, isto é, para que não sejam admitidos mais ajudantes de farmácia ao abrigo do revogado registo de prática."*

Com os melhores cumprimentos,  
O Inspector-Geral do Trabalho



Paulo Morgado de Carvalho